

40
ano
UnB à frente



Lauro Morhy
organizador geral

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial



EDITORA

UnB

Ao completar suas primeiras quatro décadas de existência, a Universidade de Brasília (UnB) apresenta à sociedade *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, coletânea de artigos que pode ser definida como verdadeira imersão na realidade histórica, cultural, política e socioeconômica brasileira.

Esta obra é resultado dos debates desenvolvidos no âmbito do *Fórum Brasil em Questão*, rico e promissor diálogo orientado por um esforço de busca e superação de nossos desafios. Instalado em fevereiro de 2002, o *Fórum Brasil em Questão* trouxe, à UnB, durante cinco meses, 41 especialistas das mais diversas áreas para apresentarem e discutirem suas visões sobre temas estratégicos para o País

Brasil **em Questão**

**A Universidade e a
Eleição Presidencial**

Fernando Henrique Cardoso

Presidente da República

Paulo Renato Souza

Ministro da Educação

Francisco César de Sá Barreto

Secretário de Educação Superior

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Diretor

Lauro Morhy – Presidente

Antônio C. de Matos Paiva

Carlos Alberto Rodrigues da Cunha

Carolina Martuscelli Bori

Flávio Rabelo Versiani

Inocência Mártires Coelho

Gileno Fernandes Marcelino

Jacques Rocha Velloso

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: *Lauro Morhy*

Vice-Reitor: *Timothy Martin Mulholland*

Decano de Ensino de Graduação: *Michelangelo Giotto S. Trigueiro*

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação: *Noraí Romeu Rocco*

Decana de Extensão: *Dóris Santos de Faria*

Decano de Administração e Finanças: *Érico Paulo Siegmar Weidle*

Decana de Assuntos Comunitários: *Thérèse Hofmann Gatti*

Laboratório de Estudos do Futuro: *Henrique de Sousa Novaes*

Assessoria de Assuntos Internacionais: *José Flávio Sombra Saraiva*

Assessoria de Comunicação: *Rodrigo Caetano*



Brasil em Questão

A Universidade e a Eleição Presidencial

Organizador Geral

Lauro Morhy

Co-organizadores

Marcos Formiga

Regina Marques

Adler Andrade

Tânia Costa

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor

Editora Universidade de Brasília

2002

Equipe Editorial:

Prof. Dr.ª Wânia de Aragão-Costa (Preparação de Originais)

Bel.ª Carmem Galvão (Revisão)

Fernando Brandão e Franklin Cruz (Editoração Eletrônica)

Formatos Design Gráfico (Projeto Gráfico)

Formatos Design Gráfico (Capa e Aberturas sobre ilustrações de Richard Cook - *Getty Images*)

Copyright © 2002 by Editora Universidade de Brasília.

Impresso no Brasil.

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS Q. 02, Bloco C, N.º 78

Ed. OK, 2.º andar

70300-500 Brasília-DF

Tel: (0xx61) 226-6874

Fax: (0xx61) 225-5611

editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

B823 Brasil em questão: a universidade e a eleição presiden-
 cial / Lauro Morhy (organizador). – Brasília : Editora
 Universidade de Brasília, 2002.
 512p.

ISBN 85-230-0700-8

1. Política – Brasil. 2. Governo: estrutura: política.
3.
Cidadania. I. Morhy, Lauro.

CDU – 32(81)

Agradecimentos

O trabalho coletivo é, sempre, resultado dos esforços de ponderável número de pessoas que se comprometem por acreditarem no objetivo final proposto. Somos gratos a todos que contribuíram para o êxito do Fórum *Brasil em Questão*.

Em especial, nosso reconhecimento aos palestrantes que ousaram apresentar e discutir questões inquietantes dos nossos dias, e propor caminhos para o Brasil.

Nominalmente, agradecemos ao grupo consultivo do Fórum: Adler Andrade, Amado Cervo, Antônio José Escobar Brussi, Benício Viero Schmidt, Cristovam Buarque, Dércio Munhoz, Dóris Faria, Érico Paulo Siegmair Weidle, Flávio Rabelo Versiani, Henrique de Sousa Novaes, Jacques Velloso, José Flávio Sombra Saraiva, José Geraldo de Sousa Júnior, Lúcia Mercedes de Avelar, Marcel Burstyn, Marcos Formiga, Michelângelo Giotto S. Trigueiro, Noraí Romeu Rocco, Pedro Tauil, Regina Marques, Rodrigo Caetano, Sophia Wainer, Tânia Costa, Thérèse Hofmann Gatti, Timothy Martin Mulholland, Vamireh Chacon, Viviane Coutinho Sabino.

Expressamos nossa gratidão aos colaboradores da Universidade de Brasília que ofereceram relevante apoio, sem o qual não teria sido possível a realização do Fórum *Brasil em Questão* e a publicação deste livro – especialmente Decanato de Ensino de Graduação; Decanato de Extensão; Decanato de Assuntos Comunitários; Departamento de Música/IDA; Cerimonial; Prefeitura do Câmpus; Assessoria de Comunicação; Assessoria de Assuntos Internacionais;

Centro de Informática; Núcleo de Multimídia e Internet do Departamento de Engenharia Elétrica, CPCE, Gabinete do Reitor, Editora da Universidade. Também agradecemos aos músicos que se apresentaram no início dos debates e à Escola do Futuro da USP.

LAURO MORHY
REITOR DA UNB

Sumário

APRESENTAÇÃO

Lauro Morhy 11

ABERTURA DO FÓRUM

Lauro Morhy 15

29 de fevereiro BRASILIDADE

Roberto Freire 21

Artur da Távola 31

Aspásia Camargo 37

Vamireh Chacon 47

6 de março BRASIL NO MUNDO

Samuel Pinheiro Guimarães 53

Oliveiros Ferreira 63

Amado Cervo 75

20 de março POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Márcio Pochman 85

André Urani 97

Cristovam Buarque 107

3 de abril A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL

Yeda Crusius 119

Luiz Pinguelli Rosa 129

Décio Munhoz 139

10 de abril SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

Sergio Arouca 155

Marcos Helano Montenegro 167

Sebastião Viana 177

Pedro Tauil 185

17 de abril EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Roberto Vermulm 197

Sergio Rezende 207

João Batista de Oliveira 217

Lauro Morhy 231

24 de abril CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL
E VIOLÊNCIA

Guilherme de Almeida 239

Sueli Carneiro 245

Luiz Mott 253

Dóris Faria 261

5 de junho	A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA	
	Armando Mendes	275
	Maria Adélia de Souza	283
	Eduardo Suplicy	295
	Cristina Mac Dowell	307
	Marcos Formiga	321
19 de junho	MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA	
	Washington Novaes	351
	Marina Silva	361
	Edna Ramos Castro	371
	Marcel Burstyn	379
3 de julho	REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS	
	Ricardo Varsano	391
	Wilson Cano	405
	Vinícius Carvalho Pinheiro	433
	José Geraldo	447
17 de julho	A UNIVERSIDADE BRASILEIRA	
	Helgio Trindade	459
	Edson Franco	475
	Jacques Velloso	485
	Lauro Morhy	499

Brasil no mundo



Samuel Pinheiro Guimarães

Oliveiros Ferreira

Amado Cervo

6 de março



Por um verdadeiro Estado

Samuel Pinheiro Guimarães

As características da inserção do Brasil no mundo e de sua política externa dependem das tendências e das características do cenário e do sistema internacional. As tendências desse cenário se inter-relacionam e têm caráter duradouro. Em primeiro lugar, vivemos uma extraordinária aceleração do progresso científico e tecnológico, em que o estoque de conhecimentos dobra a cada sete ou dez anos. O progresso da biotecnologia e da informática torna possível construir computadores que processam **um trilhão** de informações por segundo e **criam** novos seres vivos pela manipulação genética. Esses avanços tecnológicos são extraordinariamente importantes, são fatores sobre os quais não temos, freqüentemente, adequada consciência, afetam a reorganização produtiva e a concentração de poder e tornam os processos nacionais ainda mais vinculados ao processo internacional.

Segundo, a extraordinária reorganização produtiva. O sistema econômico passou a ser permeado por transformações de toda ordem, em especial a adoção de métodos eletroeletrônicos e cada vez mais pela biotecnologia, causando enorme transformação na

Samuel Pinheiro Guimarães é ex-Diretor do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais (IPRI) do Itamaraty. Embaixador de carreira, sociólogo, autor do livro *Quinhentos anos de Periferia*. Especialista em acordos internacionais, atualmente se dedica a estudos e pesquisas sobre a criação da Área Livre de Comércio das Américas, a Alca.

organização produtiva, com efeitos positivos e negativos extraordinários. Por exemplo, o sistema bancário brasileiro demitiu cerca de trezentas mil pessoas nos últimos anos, e os efeitos sociais foram terríveis por causa dessa transformação produtiva, da adoção de novos métodos e de nova organização do trabalho. A revolução dos transgênicos e seus efeitos ambientais e sobre o comércio mundial é ainda objeto de polêmica acirrada. Esses fenômenos ocorrem em todo o mundo, mas são mais visíveis e graves na periferia, onde o crescimento demográfico ocorre a taxas mais elevadas, onde a marginalização social é mais grave e onde os riscos ambientais são maiores.

Terceiro, uma importante tendência do sistema internacional é a reorganização territorial. De um lado, temos a desintegração de Estados, em que o caso mais importante foi o da ex-União Soviética. Por outro lado, há uma série de iniciativas de integração econômica e política, como foi o caso da Alemanha, do Vietnã e será no futuro, possivelmente, o caso da Coreia. O caso mais importante de integração é a União Européia, em que se está formando um novo Estado com extraordinárias dimensões, um novo pólo do sistema mundial de poder.

A partir de 1989, houve a reincorporação ao sistema capitalista global de países ex-socialistas, como a União Soviética, os países do Leste Europeu e o Vietnã. Houve, também, nesse período, a reincorporação de setores das economias periféricas, que estavam fora do alcance das megaempresas, tais como telecomunicações e serviços, ao capitalismo global, particularmente por meio dos processos de privatização. Foram colocadas, assim, ao alcance das grandes empresas multinacionais, possibilidades de lucro antes inexistentes. Esse foi o caso do setor de telecomunicações no Brasil, antes reservado ao capital estatal brasileiro e agora acessível a grandes

empresas internacionais de telecomunicações. O mesmo fato ocorreu com o sistema bancário brasileiro e com numerosos outros setores em países da periferia.

Esse fenômeno implicou um processo extraordinário de concentração de poder econômico em megaempresas dos países amplamente desenvolvidos. Com efeito, mais de um terço dos pedidos anuais de patentes que são apresentados no mundo é de empresas americanas. Isso revela o enorme poder econômico dessas empresas. E o processo de concentração de poder também é de grande significado para a estrutura dos mercados, onde as megaempresas oligopolizam a produção e “exploram” os consumidores. Em todo esse processo de internacionalização da economia, define-se, por um lado, o núcleo de países que concentra o poder econômico, político, tecnológico, militar e ideológico e, de outro lado, aquela imensa periferia de países entre os quais se encontra o Brasil.

Observa-se, ainda, no cenário mundial, um intenso processo de multipolarização. Se existe, de um lado, os EUA como a Hiperpotência, de outro lado, se afirmam cada vez mais a União Européia, a China, o Japão, a Rússia e a Índia, como outros centros de poder que podem e estão-se consolidando – o que para o Brasil é fenômeno extremamente importante e auspicioso.

O sistema internacional, hoje, se caracteriza pela existência de um núcleo do poder econômico, constituído pelos países do G-7; por um núcleo de poder político, que corresponde aos países que são membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas; e por um núcleo de poder militar. Nem todas as Grandes Potências fazem parte dos três núcleos.

O poder político-militar que se expressa nas alianças e nos acordos militares de não-proliferação tem, como característica essencial, o objetivo dos países altamente desenvolvidos, **já armados,**

de preservarem seu *status* privilegiado e de impedir aos demais Estados o acesso a armamentos sofisticados. Assim, sempre que um país relativamente desarmado entra em processo de adquirir ou produzir armamentos para sua defesa passa a ser apresentado pela imprensa internacional e pelas Grandes Potências como sendo um país irresponsável ou imaturo.

Nesse contexto, quando se examinam os acordos de natureza econômica, verifica-se que eles estabelecem normas que tendem a impedir o exercício de políticas de desenvolvimento econômico nos países da periferia, enquanto preservam os interesses dos grandes Estados, protegendo seus interesses, suas empresas e seus trabalhadores. A ação do governo americano revela o exercício do protecionismo mais aberto, mais grave, enquanto prega a abertura dos terceiros mercados (até do mercado argentino!), porque essa é a estratégia que permite assegurar a concentração de poder econômico (e político).

Nesse cenário mundial, o Brasil não é um país qualquer. É um dos dez maiores países do mundo em termos de território, população e PIB. Isso significa um extraordinário potencial. A população brasileira, seu território e suas riquezas naturais são enormes. E não temos conflitos religiosos, como a Índia, conflitos entre etnias; e nenhuma parcela da população deseja tornar-se independente, como ocorre nos países bascos e no Canadá. O Brasil tem, portanto, características de coesão populacional e de unidade de língua muito importantes para a construção de um projeto nacional e para a sua atuação internacional.

De fato, a sociedade brasileira tem extraordinárias qualidades que a distinguem da maior parte dos grandes Estados: qualidades de natureza econômica, tecnológica e política. O exercício da democracia complementa essas qualidades e o povo brasileiro exerce o direito de votar a cada quatro anos. Cabe, aqui, entretanto, uma

ressalva. Na teoria, todos os cidadãos são iguais e, assim, a cada um, um voto; na prática, isto não ocorre, devido à influência do poder econômico sobre o processo eleitoral.

Com efeito, não vivem os brasileiros em um país verdadeiramente democrático. A influência do poder econômico e a usurpação de poderes do Legislativo pelo Executivo são tão extensas que qualquer definição simples de democracia não corresponderia ao caso brasileiro. No Brasil, temos uma democracia formal, liberal, mas não uma verdadeira democracia. Necessitamos construir uma democracia efetiva, em que realmente os cidadãos participem da escolha de candidatos, da eleição dos candidatos, da administração pública, de forma mais intensa e permanente. Hoje, os candidatos a cargos públicos são escolhidos por processos de *marketing*, como são escolhidos os produtos. Não são escolhidos pelos cidadãos e nenhum de nós foi consultado sobre a **escolha dos candidatos** à Presidência da República, nem sobre os candidatos a deputado, a senador, a governador. Nossa escolha será uma escolha limitada diante do leque de candidatos que nos oferecem as oligarquias partidárias e econômicas. A participação da enorme, da esmagadora maioria dos cidadãos no processo político se limita a depositar um voto na urna a cada quatro anos.

Os grandes desafios do Brasil, do ponto de vista interno e externo, são a redução das disparidades sociais; a eliminação das vulnerabilidades externas; a realização do potencial da sociedade brasileira e a construção da democracia.

Esses desafios são enormes e complexos. Como empregar os cinquenta milhões de brasileiros que têm renda mensal inferior a oitenta Reais? São necessárias políticas de emprego, de desenvolvimento industrial e tecnológico. É preciso, assim, que o Brasil mantenha a sua capacidade soberana de articular políticas de Estado tanto no nível multinacional (definido em especial no

âmbito da Organização Mundial do Comércio), como no nível regional (como nas negociações da ALCA), como no nível doméstico.

Segundo muitos, para enfrentar os desafios do desenvolvimento apenas seriam necessários o rígido controle inflacionário, a responsabilidade fiscal e a desregulamentação. A idéia, hoje, parece ser em nível de Governo de que não há necessidade de uma política, de uma estratégia consciente para enfrentar os desafios brasileiros. Todavia, esses desafios se avolumam e há consciência crescente da necessidade de definir uma política de desenvolvimento. Mas, como definir uma política econômica sem política comercial e sem política industrial? Como definir a política comercial se o país vier a aceitar o acordo da ALCA, que nos proibirá de estabelecer tarifas aduaneiras? Sem tarifa aduaneira não há política comercial, sem política comercial não há política industrial, sem política industrial não há política tecnológica nem de desenvolvimento e sem políticas públicas aqueles extraordinários desafios não poderão ser superados. Assim, o que vai ocorrer, eventualmente, sem uma estratégia de desenvolvimento, é que, como o crescimento demográfico é inexorável, as disparidades e as vulnerabilidades se agravarão, não se realizará o potencial do País e o risco de regresso ao autoritarismo se tornará crescente.

A estratégia econômica de desenvolvimento parte da consciência de que o modelo econômico vigente no Brasil é o capitalismo. Este é o modelo econômico que rege as relações econômicas e sociais na sociedade brasileira. O Brasil nunca foi um país socialista apesar de tudo o que foi dito no passado recente e nunca foi um país fechado. Pelo contrário, o Brasil sempre foi um país extraordinariamente aberto ao comércio e ao capital estrangeiro, desde seu descobrimento, desde a chegada da primeira caravela. O modelo sociopolítico adequado ao Brasil é um modelo

que governe para as maiorias e, não, para as minorias, como tem ocorrido no passado recente. Cada política, cada ato do Estado pode ser visto como benéfico à maioria, ou como benéfico à minoria. A análise desses atos e dessas políticas define a natureza do modelo, se ele é um projeto nacional ou um projeto oligárquico apátrida e cosmopolita. Assim, o projeto político que tenha como sua diretriz inarredável reduzir com firmeza as desigualdades sociais, eliminar as vulnerabilidades externas, realizar o potencial da sociedade brasileira e construir, a partir da democracia formal de hoje, uma verdadeira democracia é o modelo ideal para o Brasil.

É necessário, ainda, recuperar as Forças Armadas brasileiras. Nenhum país soberano digno desse nome pode aceitar restrições ou aceitar ter reduzida capacidade de defesa da sua sociedade, enquanto outros Estados mantêm capacidade plena militar. Essa é a realidade, o resto é idealismo pacifista, perigoso no mundo violento e arbitrário de hoje.

A América do Sul é o centro da nossa possibilidade de ascensão internacional. Se for possível e se houver energia para articular uma nova política externa, esta deve ter como seu objetivo central criar um bloco sul-americano para que o Brasil possa participar em melhores condições do processo político internacional. Afinal, o Brasil não tem maiores interesses ou importância na Ásia, e sua capacidade de exercício político-econômico naquela região, assim como no continente africano, é reduzida, de fato. Por outro lado, não se podem minimizar as dificuldades para a construção de relações positivas e de ação política coordenada com a Argentina, pois a rivalidade histórica entre os dois países é notável. Quem esquecer essa realidade não conhece História, não sabe o que existe no substrato da psiquê coletiva das populações tanto no Brasil quanto na Argentina. A menor crise traz à tona essa rivalidade. O processo de construção política de um bloco sul-americano é extremamente

delicado. Naturalmente, as relações do Brasil com os EUA dentro dessa situação internacional, dentro dessas tendências do sistema internacional, no quadro de nossos interesses na América do Sul, são extraordinariamente importantes.

Afirmam alguns que o Brasil corre o risco de ficar “isolado” se não aderir à ALCA. Não. O Brasil somente corre o risco de ficar isolado quando ele abandona os seus interesses nacionais. Os países da América Latina, da América do Sul, são, de um lado, países que não competem diretamente com o Brasil no principal mercado das Américas e os que podem competir com o Brasil são o Canadá e o México, que já têm acesso preferencial ao mercado americano. Os países latino-americanos têm, todos eles, estrutura industrial menos diversificada e menos desenvolvida do que a brasileira e os produtos que produzem e exportam, também para o mercado americano, não competem em geral com as exportações brasileiras. Todavia, esses países são grandes importadores de produtos manufaturados exportados pelo Brasil. Para enfrentar a concorrência americana em seus mercados, seria suficiente que o Brasil assinasse, com cada um deles, um acordo de livre comércio. O Brasil já tem um acordo de livre comércio com a Argentina, com o Uruguai e com o Paraguai, que é o Mercosul. Por outro lado, nenhum dos países sul-americanos tem interesse em “isolar o Brasil”. O Brasil é um mercado muito importante para suas exportações, como ocorre com os países do Mercosul, com o Chile, com a Bolívia, e há enorme interesse da Venezuela na cooperação econômica com o Brasil, de modo que não há a mais remota possibilidade de um isolamento brasileiro em decorrência de sua não-participação na ALCA.

O Congresso americano determinou, com clareza meridiana, no projeto de lei sobre a autorização para as negociações comerciais, que o Executivo não pode negociar a legislação de defesa econômica, nem a legislação anti-subsídio, nem, na prática, a legislação agrícola.

Portanto, aqueles temas que o próprio governo brasileiro vem afirmando, reiteradamente, serem essenciais para o Brasil poder participar da ALCA. Se os Estados Unidos, que são o principal parceiro nas negociações da ALCA, afirmam que **não vão** negociar os temas que interessam ao Brasil no entender do próprio governo brasileiro, seria o caso de perguntar o que faz o Brasil nas mesas de negociação da ALCA. Se o que interessa ao Brasil está fora das negociações, esta é uma oportunidade extraordinária de reafirmar que a participação do Brasil somente pode continuar se todos os setores forem negociados e se o resultado das negociações for equilibrado. Porém, há receio, nas autoridades brasileiras, de contrariar qualquer Estado altamente desenvolvido. Este receio é infundado. Quando o Brasil aderiu ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), a justificativa apresentada à sociedade foi de que era importante o Brasil aderir, porque, de um lado, havia forte pressão para o Brasil assinar e, de outro lado, porque a participação no TNP permitiria, ao Brasil, contribuir para o desarmamento mundial. O desarmamento mundial não ocorreu e até ao contrário; o Brasil assinou e aceitou se tornar um Estado de segunda categoria nos termos do acordo. A Índia não aderiu ao TNP, não foi invadida, nada lhe ocorreu, salvo sanções temporárias, explodiu artefatos nucleares, tornou-se uma potência nuclear de fato. A questão é que as elites brasileiras têm medo de o Brasil vir a ser um verdadeiro Estado, de superarmos o nosso (i.e. delas) complexo colonial.

Nesse cenário internacional, com essas tendências, cumpre ressaltar que, se não houver possibilidade de ter o Brasil políticas econômicas e sociais ativas, não há projeto nacional, pode-se ter apenas a **negativa de um projeto nacional**, como hoje ocorre. Nesse cenário, as relações do Brasil com a Argentina e com os EUA são essenciais, porque são esses países que têm interesse crucial na nossa área geopolítica e geoeconômica.

Finalmente, sem superar a ideologia neoliberal, alienante, idealista e desarticuladora o Brasil continuará a ser um país fraco política, econômica e militarmente. Afirmar que o Brasil é um país que se deve desarmar, que se pode inserir subordinadamente a qualquer bloco e que tem de ser subserviente politicamente é confissão explícita de inferioridade cultural, de negação da identidade nacional, de desprezo pelo Brasil. Precisamos mobilizar a população para a execução de um projeto nacional com eficaz política externa, com o objetivo de enfrentar e vencer os desafios das disparidades, vulnerabilidades e do potencial e que, assim, permita à sociedade brasileira construir um futuro mais próspero, mais justo e mais democrático.

Impressão e Acabamento:



SIA TRECHO 3 LOTE N° 1760

Fone: (0xx61) 362-0008 / Fax: (61) 362-7476

e-mail: quick@gns.com.br

contemporâneo.

As discussões ali realizadas certamente não esgotaram a complexidade dos temas. Contudo, como lembra o reitor Lauro Morhy, *Brasil em Questão* "é um meio e, não, um fim. É um bom começo para despertar outras consciências, mentes e corações, pensando e pulsando Brasil". É desse debate que o leitor é convidado a participar.

Com a publicação, em 2002, de *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, a UnB cumpre, mais uma vez, seu compromisso histórico de contribuir para a reflexão sobre as alternativas e projetos para o nosso País.

BRASILIDADE • Roberto Freire • Artur da Távola • Aspásia Camargo • Vamireh Chacon • **BRASIL NO MUNDO** • Samuel Pinheiro Guimarães • Oliveiros Ferreira • Amado Cervo • **POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA** • Márcio Pochman • André Urani • Cristovam Buarque • **A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL** • Yeda Crusius • Luiz Pinguelli Rosa • Dércio Munhoz • **SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO** • Sergio Arouca • Marcos Helano Montenegro • Sebastião Viana • Pedro Tauil • **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA** • Roberto Vermulm • Sergio Rezende • João Batista de Oliveira • Lauro Morhy • **CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA** • Guilherme de Almeida • Sueli Carneiro • Luiz Mott • Dóris Faria • **A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA** • Armando Mendes • Maria Adélia de Souza • Eduardo Suplicy • Cristina Mac Dowell • Marcos Formiga • **MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA** • Washington Novaes • Marina Silva • Edna Ramos Castro • Marcel Burstyn • **REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS** • Ricardo Varsano • Wilson Cano • Vinícius Carvalho Pinheiro • José Geraldo de Sousa Júnior • **A UNIVERSIDADE BRASILEIRA** • Helgio Trindade • Édson Franco • Jacques Velloso • Lauro Morhy